



**PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA
CONSELHEIROS TUTELARES
MUNICÍPIO DE TERRA NOVA/PERNAMBUCO**

**SEGUNDA ETAPA – PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI 8.069/90)**

DATA DA APLICAÇÃO: 06/07/2019

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO!

- Ao receber este caderno de provas, aguarde autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 40 (quarenta) questões objetivas numeradas sequencialmente de 01 a 40, cada uma com 05 (cinco) alternativas indicadas pelas letras "A" a "E", das quais somente uma corresponde a resposta certa para a questão.
- O cartão de resposta será entregue oportunamente pelo Fiscal de sala. Ao recebe-lo lembre de preencher seu nome e assinar no local indicado.
- No cartão de resposta marque a letra correspondente a resposta correta para a questão, conforme seu julgamento, utilizando caneta esferográfica nas cores azul ou preta, conforme exemplo abaixo:

EXEMPLO:

01	A	B	C	D	E
		■			

Atenção: a marcação de mais de uma resposta anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

- O tempo total para a resolução da prova e preenchimento do cartão de respostas é de 03 (três) horas. Ao terminar a prova, entregue o cartão de resposta ao fiscal da sala e assinale a lista de presença. Este caderno de provas somente poderá ser levado pelo candidato após decorrido 02 (duas) horas do início da prova.
- É proibido o uso de aparelhos eletrônicos durante a prova.
- O gabarito preliminar, o caderno de Provas, a relação preliminar de aprovados, o gabarito definitivo após período de recursos e a relação final dos aprovados, bem como as demais informações serão divulgadas no Site da Prefeitura Municipal de Terra Nova (www.terranova.pe.gov.br) nas data e prazos previstos no edital.

BOA PROVA!



Questão 01

Roberta, mãe de Lucas, que possui um ano de idade, encontra-se presa, condenada por crime de roubo praticado em concurso com dois menores. Nessa situação, segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/90:

- A) A condenação de Roberta, advinda de sentença penal com trânsito em julgado, à pena de quatro anos de reclusão, enseja, obrigatoriamente, a suspensão do poder familiar da condenada sobre Lucas.
- B) Caso Lucas esteja em fase de amamentação, a prisão de sua genitora é ilegal.
- C) Roberta só poderá ver seu filho após o cumprimento da pena.
- D) Lucas tem direito a ser amamentado por Roberta, impondo a lei que os estabelecimentos penais destinados às mulheres sejam dotados de berçários onde as condenadas possam amamentar seus filhos.
- E) Se Roberta for condenada ao cumprimento de pena, em regime semiaberto, terá o direito de cumprir a pena em sua residência até o término da amamentação.

Questão 02

Na hipótese de uma professora do ensino fundamental suspeitar que um dos seus alunos, de 8 anos de idade, está sendo vítima de agressões físicas, deverá a mesma realizar comunicação:

- A) Ao Juízo da Infância e da Juventude.
- B) À autoridade policial, que deverá instaurar inquérito policial.
- C) Ao Conselho Tutelar da localidade.
- D) À entidade de acolhimento da localidade para que possa recepcionar o menor.
- E) Ao Ministério Público.

Questão 03

Suponhamos que Magda lesionou gravemente sua filha de onze anos de idade, após ter descoberto que a mesma não era mais virgem. Nessa situação hipotética, sabendo-se que o crime de lesão corporal grave é punido com pena de reclusão, tendo havido a condenação de Magda, prevê o ECA que:

- A) Será garantido à filha de Magda a convivência com sua genitora, por meio de visitas periódicas, que deverão ser promovidas pelo responsável ou, na hipótese de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja autorização judicial.
- B) Magda continuará, mesmo reclusa, a exercer o seu poder familiar.
- C) Não pode haver ingerência do Estado na educação que Magda oferece à filha.



- D) Magda perderá o direito de convivência com a filha durante o cumprimento da pena.
- E) Haverá a destituição do poder familiar de Magda.

Questão 04

De conformidade com o que dispõe o ECA, em virtude da alteração promovida por conta do debate acerca da “lei da palmada”, objetivando a ampliação da proteção do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, passou o Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou outras leis correlatas a:

- A) Tipificar como crime autônomo a conduta de submeter criança ou adolescente sob sua guarda ou vigilância a castigos físicos imoderados.
- B) Considerar a prática reiterada de violência física e psicológica contra a criança ou adolescente como fundamento autônomo para decretação da perda do poder familiar.
- C) Tornar inafiançável o crime de maus tratos praticado por ascendente contra descendente menor de 18 anos.
- D) Sujeitar os pais que utilizarem castigo físico como forma de correção ou disciplina de filhos, crianças ou adolescentes, à medida de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, a qual será aplicada pelo Conselho Tutelar.
- E) Instituir a figura jurídica do refúgio protegido, oponível aos pais, por meio do qual um terceiro, com o qual a criança tenha vínculo de afetividade, fica autorizado a acolhê-la emergencialmente, até que a autoridade judicial decida seu destino.

Questão 05

Carlos, com 19 anos de idade, e Cláudia, com 35 anos de idade, convivem em união estável, pretendendo, ambos, adotar a pequena Maria, com 2 anos de idade. Maria é filha biológica de Roberta, irmã de Cláudia, sendo desconhecido o pai biológico de Maria. A genitora da infante, por sua vez, foi destituída do seu poder familiar, motivo pelo qual a guarda da menor foi conferida ao casal Carlos e Cláudia. Um mês após ingressar com a ação de adoção Carlos faleceu, vítima de um infarto fulminante, sendo que não havia o casal providenciado sua inscrição junto ao cadastro de adoção. Nessa situação, de acordo ao que dispõe o ECA:

- A) A ausência de inscrição no cadastro, nesse caso, não impede o deferimento da adoção ao casal.
- B) Cláudia encontra-se impedida de adotar, em virtude do parentesco com a menor.



- C) A adoção será deferida somente à Cláudia, por conta da ausência do requisito da diferença mínima de idade exigida pela lei entre Carlos e Maria.
- D) A adoção depende da autorização da mãe biológica da menor.
- E) Carlos não poderia adotar, por ter menos de 21 anos de idade.

Questão 06

Analise as seguintes assertivas, todas relativas ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 anos.
- II. Só podem adotar os maiores de 21 anos, independentemente do estado civil.
- III. Toda criança ou adolescente que estiver incluída em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses.
- IV. A permanência de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 5 anos, salvo comprovada necessidade.
- V. Toda criança e adolescente tem o direito a ser educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

A partir dessa análise, pode-se concluir que estão CORRETAS apenas:

- A) I, II e III.
- B) I, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V.
- E) III, IV e V.

Questão 07

Segundo a lei 8.069/90, as entidades de atendimento que desenvolvem programas de abrigo para criança e adolescente devem:

- A) Providenciar, quando possível, a transferência de grupo de irmãos desmembrados para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- B) Evitar o contato das crianças e adolescentes abrigados com a família de origem.



- C) Preservar os vínculos familiares, dar atendimento personalizado a pequenos grupos, bem como desenvolver atividades em regime de coeducação.
- D) Participar da vida política da localidade onde se encontram inseridas.
- E) Proibir a participação de pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e adolescentes abrigados.

Questão 08

Com base no que dispõe o ECA, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- A) As entidades de atendimento somente podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- B) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelo Poder Judiciário.
- C) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- D) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- E) As entidades de atendimento podem ser fiscalizadas somente pelos Conselhos Tutelares.

Questão 09

Com relação às medidas de proteção e das medidas pertinentes aos pais ou responsável, indique a alternativa CORRETA.

- A) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deve elaborar um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar do menor, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário exarada pelo Conselho Tutelar da localidade, caso em que está prevista a colocação da criança ou adolescente em família substituta.
- B) Excepcionalmente, quando for constatada ausência de condição financeira dos pais, pode a autoridade judiciária decretar a suspensão do poder familiar dos mesmos, até que a família seja incluída em programa social do governo.
- C) Não sendo possível a reintegração da criança ou do adolescente à sua família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório à Defensoria Pública, no intuito de que seja ajuizada a competente ação de destituição do poder familiar, ou destituição da tutela ou guarda.
- D) Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar deve



elaborar um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar do menor, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário exarada pela autoridade judiciária competente, caso em que está prevista a colocação da criança ou adolescente em família substituta.

- E) Na hipótese de dependência química grave dos pais ou responsável, deve a autoridade judiciária, buscando evitar violação a direito fundamental do menor, determinar a internação compulsória do pai ou responsável em clínica especializada para tratamento de dependentes químicos.

Questão 10

As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no _____, o qual comunicará o registro ao _____ e à autoridade judiciária da respectiva localidade. As lacunas acima indicadas estarão CORRETAMENTE preenchidas com os respectivos órgãos:

- A) Conselho Tutelar e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- B) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.
- D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.
- E) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.

Questão 11

Segundo prevê o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar é um órgão:

- A) “Permanente e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- B) “Permanente, autônomo e jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- C) “Temporário e independente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”
- D) “Permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pelo Poder Público Municipal de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”



- E) “Permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.”

Questão 12

Segundo previsto pelo Eca, em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo:

- A) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.
- B) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução ilimitada (de acordo com a Lei nº 13.824/2019), mediante novo processo de escolha.
- C) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 8 (oito) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- D) 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgãos integrantes da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, cada um, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- E) 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Questão 13

Aos membros do Conselho Tutelar são assegurados os seguintes direitos:

- A) Cobertura Previdenciária, gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal e licença-maternidade.
- B) Cobertura Previdenciária, adicional de tempo de serviço e gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.
- C) Licença-maternidade, gratificação natalina e Licença-paternidade.
- D) Licença-maternidade, Cobertura Previdenciária e gozo de férias semestrais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.
- E) Cobertura Previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal e auxílio moradia.



Questão 14

Sobre o Conselho Tutelar, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Foi instituído com vistas à desjudicializar e agilizar o atendimento de crianças, adolescentes e famílias em risco social;
- (B) Possui plena autonomia funcional, não estando subordinado ao Prefeito, ao Ministério Público e/ou ao Juiz da Infância e da Juventude;
- (C) Pode promover diretamente a execução de suas decisões sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, tendo a prerrogativa de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- (D) Sempre que entender necessário, pode promover o afastamento de criança ou adolescente de sua família de origem e seu subsequente acolhimento institucional;
- (E) Tem o poder-dever de assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária, de modo a assegurar que esta contemple, em caráter prioritário, recursos para planos e programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

Questão 15

As decisões do Conselho Tutelar, conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido:

- A) Do Ministério Público e entidade de acolhimento institucional.
- B) De entidade de acolhimento institucional.
- C) Somente do Ministério Público.
- D) De quem tenha legítimo interesse.
- E) De quem tenha legítimo interesse e do Ministério Público.

Questão 16

É expressamente proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) A aplicação de medida de prestação de serviços à comunidade a menores de 16 anos.
- B) Venda, a criança e adolescente, de brinquedos e jogos que estimulam o comportamento violento.
- C) Abrigos que atendam, no mesmo espaço físico, adolescente de ambos os sexos.



- D) O conselheiro tutelar de integrar o conselho municipal dos direitos da criança e dos adolescentes.
- E) Cunhados, durante o cunhadio, de servirem no mesmo conselho tutelar durante o mesmo mandato.

Questão 17

O Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, age fora da previsão legal (Lei 8.069/90), quando:

- A) Entrega criança a seus pais ou responsável, mediante termo de guarda provisória.
- B) Atende e aconselha os pais ou responsável.
- C) Promove a execução de suas decisões, requisitando serviços de saúde.
- D) Expede notificações.
- E) Fiscaliza entidade governamentais e não-governamentais.

Questão 18

No que concerne às medidas socioeducativas, indique a alternativa INCORRETA:

- A) A prestação de serviços à comunidade será fixada pelo prazo mínimo de seis meses.
- B) Na hipótese de aplicação da medida socioeducativa de liberdade assistida não é obrigatória a intimação pessoal do adolescente.
- C) As medidas socioeducativas de privação da liberdade estão sujeitas ao princípio da brevidade, excepcionalidade e respeito à peculiar condição de pessoa em desenvolvimento.
- D) A medida de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- E) A remissão concedida a adolescente não pode ser cumulada com medida socioeducativa de semiliberdade.

Questão 19

Paulo, menor com 15 anos de idade, praticou ato infracional equiparado a furto contra sua vizinha de 90 anos de idade, razão pela qual foi aplicada ao mesmo, medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade. Nessa situação, conforme prevê o ECA,

- A) Se Paulo descumprir de forma reiterada e injustificada a medida, pode ficar internado por até três meses.
- B) Poderá haver a prorrogação da medida até um ano.



- C) A medida deve ser cumprida em horário normal de expediente, mesmo afetando o horário escolar de Paulo, por possuir efeito pedagógico ao menor.
- D) Se Paulo comprovar que conseguiu um emprego será dispensado do cumprimento da medida.
- E) Na hipótese de menor sem antecedentes não é possível a aplicação da medida.

Questão 20

Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, nas comarcas onde não houver Conselho Tutelar, suas funções serão exercidas pelo(a):

- A) Autoridade policial.
- B) Ministério Público.
- C) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D) Comissariado da Infância e Juventude.
- E) Autoridade Judiciária.

Questão 21

Na hipótese de procedimento para perda ou suspensão do poder familiar, se o genitor do adolescente encontrar-se privado de sua liberdade, segundo dispõe o ECA:

- A) Não será ouvido pela autoridade judiciária.
- B) Dispensa-se a realização do procedimento.
- C) Será ouvido se houver pedido do Ministério Público nesse sentido.
- D) Será ouvido se houver solicitação do mesmo nesse sentido.
- E) A autoridade judiciária requisitará a sua apresentação para colher a sua oitiva.

Questão 22

“A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à , mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o..... e o desenvolvimento e harmonioso, em condições de existência.”

Assinale a alternativa que contém os vocábulos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do dispositivo legal apresentado.

- A) saúde ... nascimento ... sadio ... dignas
- B) liberdade ... crescimento ... saudável ... vitais
- C) saúde ... despontar ... criterioso ... normais
- D) segurança ... estudo ... regular ... excelentes



E) propriedade ... enriquecimento ... habilidoso ... dignas

Questão 23

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- A) é assegurado à gestante, por meio do Sistema Particular de Saúde, o atendimento prioritário e preferencial, e sem custos quando se tratar de parturiente menor de idade.
- B) incumbe ao poder público propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- C) é obrigação legal dos hospitais particulares proporcionarem assistência psicológica à mãe adolescente no período pós-natal.
- D) o poder público fornecerá, mediante pagamento simbólico, àqueles que necessitarem de medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- E) os estabelecimentos de atendimento à saúde não poderão permitir a permanência de qualquer um dos pais, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Questão 24

Assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A) A função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada.
- B) A federalização do atendimento é uma das diretrizes da política de atendimento.
- C) O Município é responsável pela manutenção das entidades de atendimento da criança e do adolescente.
- D) Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados aos menores, o fato deverá ser comunicado ao Procurador do Estado que oficia na Comarca.
- E) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes.



Questão 25

Sobre os direitos individuais contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- A) nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- B) o adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.
- C) a apreensão de qualquer adolescente será comunicada à autoridade policial competente.
- D) não poderá haver internação de adolescente infrator antes da sentença judicial ou administrativa.
- E) o adolescente civilmente identificado será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais.

Questão 26

Conforme estabelece expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, as decisões do Conselho Tutelar, a pedido de quem tenha legítimo interesse, somente poderão ser revistas:

- A) pelo Procurador do Estado que atua na defesa da criança e do adolescente.
- B) pelo Ministério Público do Trabalho.
- C) pelo Ministério da Justiça.
- D) pela Defensoria Pública.
- E) pela autoridade judiciária.

Questão 27

Relativamente às Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se criança a pessoa com até doze anos completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade incompletos.
- B) Nos casos em que a lei determinar, deverá ser constantemente aplicado o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre dezenove e vinte anos de idade.



- C) A garantia de prioridade para o adolescente compreende a primazia na formulação das políticas sociais públicas para o lazer.
- D) Na aplicação dessa Lei, deverão ser levados em conta os fins políticos a que ela se destina.
- E) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Questão 28

Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.

- A) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- B) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada.
- C) A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial.
- D) Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial.
- E) Atingido o limite de prazo de internação, o adolescente será colocado em liberdade total.

Questão 29

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que os integrantes do Conselho Tutelar, além de reconhecida integridade moral, devem:

- A) ser maiores de 23 anos ou emancipados, residir na Comarca e não podem ser reeleitos.
- B) ser brasileiros natos, maiores de 21 anos ou emancipados, podem ser remunerados e têm mandato certo de quatro anos.
- C) ter idade superior a 21 anos, residir no Município, têm mandato certo de quatro anos, permitida uma recondução, e podem ser remunerados.
- D) ter idade superior a 21 anos ou emancipados, residir na Comarca e não podem ser remunerados.
- E) ser maiores de 21 anos, residir na Comarca, têm mandato certo de dois anos, e não podem ser remunerados.



Questão 30

São atribuições do Conselho Tutelar:

- A) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando a medida de encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- B) assessorar o Poder Legislativo local na elaboração da proposta orçamentária para planos de atendimento à criança.
- C) expedir declarações e outros documentos relativos ao adolescente.
- D) propor ações que visem à suspensão ou perda do pátrio poder.
- E) promover serviços públicos nas áreas de educação e serviço social.

Questão 31

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Em relação ao direito assegurado, conforme art. 53 da Lei n.º 8.069, leia as afirmações e assinale **V (verdadeiro)** e **F (falso)**.

- () Ser respeitado pelos seus educadores.
- () Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores.
- () Organizar e participar de entidades estudantis.
- () Participar da definição e elaboração da proposta curricular do município.
- () Ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A sequência correta é

- A) F, V, V, F e F.
- B) V, V, V, V e F.
- C) F, V, F, V e F.
- D) V, V, V, F e V.
- E) V, F, F, F e V.



Questão 32

Ao requerer do poder público a efetivação do direito à saúde e à profissionalização do seu filho de 19 anos, fundamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente, a mãe foi informada de que, para efeito dessa lei, adolescente é a pessoa que tem:

- A) entre onze anos incompletos e dezessete anos e onze meses.
- B) de doze a dezessete anos e onze meses de idade.
- C) entre doze e dezoito anos de idade.
- D) de onze anos completos a dezessete anos e onze meses.
- E) entre quatorze e dezoito anos completos.

Questão 33

A professora de educação infantil de uma escola pública colocou uma criança de quatro anos de castigo, com os braços abertos, na frente da classe. O pai fez Boletim de Ocorrência e a denunciou ao Ministério Público.

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atitude da professora pode ser enquadrada como:

- A) compatível com as normas previstas para a educação escolar, portanto, isenta de qualquer culpa.
- B) medida punitiva prevista em lei e fundada em princípio educacional, que deve ser julgada à luz dos fatos que a provocaram.
- C) medida educativa prevista para casos de indisciplina e de desobediência, especificamente quando ocorre com professores, em sala de aula.
- D) infringência à lei, que prega o dever de todos velarem pela dignidade da criança, pondo-a a salvo de qualquer tratamento vexatório.
- E) compatível com as várias medidas estabelecidas em lei, para garantir que a criança seja educada.

Questão 34

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), institui no seu artigo 4.º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à



dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridade compreende:

- I. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- V. proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem o desenvolvimento físico.

Está correto o contido em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV, apenas.
- D) II, III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

Questão 35

Dentre outros, são direitos e garantias da Criança e do Adolescente, **EXCETO**:

- A) ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta;
- B) acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;
- C) ir e vir livremente, sem restrição alguma da lei ou da autoridade;
- D) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- E) acesso à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.

Questão 36

Constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, **EXCETO**:

- A) a falta ou a carência de recursos materiais;



- B) a convivência com pessoas dependentes de substâncias entorpecentes;
- C) a negligência no processo de educação dos filhos menores de idade;
- D) o não cumprimento pelos pais das determinações judiciais;
- E) exploração da mão de obra infantil.

Questão 37

As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional não incluem:

- A) Advertência.
- B) Obrigação de reparar o dano.
- C) Inserção em regime de semiliberdade.
- D) Liberdade assistida.
- E) Prestação de trabalhos pesados e insalubres.

Questão 38

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o poder familiar será exercido pelo pai e pela mãe, em:

- A) prioridade da Mãe;
- B) prioridade do Pai;
- C) igualdade de condições;
- D) prioridade do mais velho;
- E) prioridade do provedor.

Questão 39

O ECA em seu Art. 31, esclarece que a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de:

- A) guarda;
- B) guarda provisória;
- C) adoção;



D) tutela;

E) tutela provisória.

Questão 40

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional:

A) a conduta descrita como crime, em que a pena não seja superior a 05 anos.

B) a conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 02 anos.

C) a conduta descrita como contravenção penal, em que a pena não seja superior a 01 ano.

D) A conduta descrita como crime ou contravenção penal.

E) A conduta descrita como crime ou contravenção penal, em que a pena não seja superior a 03 anos.

